



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 050/2026

**LICITAÇÃO COM TRATAMENTO REGIONALIZADO PARA EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.053/2022, LEI MUNICIPAL Nº 1.110/2009 E DOS ARTS. 47 E 48, §3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, ECONOMICIDADE, INTERESSE PÚBLICO, COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.**

**Com itens para Ampla Concorrência e ITENS Exclusivos para participação de MicroEmpresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme Lei Complementar 123/20106 e alterações.**

O DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO SANITARIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

**OBJETO:** O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Á Partir do dia 18/05/2026;

**DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 01 de JUNHO de 2026 às 06:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Dia 01 de JUNHO de 2026, às 08:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF);

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Dia 01 de JUNHO de 2026, às 09:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**

**MUNICÍPIO DE JUÍNA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

**VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R\$ 449.092,65 (quatrocentos e quarenta e nove mil noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos).**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**MODO DE DISPUTA: FECHADO E ABERTO**

**LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: <https://www.bll.org.br>.**

**REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.**

O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Departamento de Água e Esgoto Sanitário de Juína [www.daes.juina.mt.gov.br](http://www.daes.juina.mt.gov.br) e no endereço eletrônico [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br) **E/OU** no Portal Nacional de Compras.

Eventuais esclarecimentos somente serão fornecidos diretamente no Departamento de Licitações e Contratos, situada na Av. Gabriel Muller, n.º 108N, mod. 02, Juína-MT - CEP.: 78320-000, **E/OU** por meio do portal [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br).

Juína-MT, 18 de maio de 2026.

**EDUARDO RODRIGUES DA SILVA**

**Diretor Geral do DAES**

**Portaria nº 8.279/2024**



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

Processo Administrativo nº050/2026

**LICITAÇÃO COM TRATAMENTO REGIONALIZADO PARA EMPRESAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.053/2022, LEI MUNICIPAL Nº 1.110/2009 E DOS ARTS. 47 E 48, §3º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA, ECONOMICIDADE, INTERESSE PÚBLICO, COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.**

**Com itens para Ampla Concorrência e ITENS Exclusivos para participação de MicroEmpresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, conforme Lei Complementar 123/20106 e alterações.**

O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DE JUÍNA, Estado de Mato Grosso, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 609/2023 e 610/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. *A licitação será de 33 (trinta e três) ITENS, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

DO REGISTRO DE PREÇOS

1.2. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.



## DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1.3. A presente licitação adota tratamento regionalizado às empresas sediadas no Município de Juína/MT, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

1.4. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema Bolsa de Licitações e Leilões – BLL Compras, por meio do endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), e que atendam às exigências deste edital.

1.5. A utilização do SICAF será facultativa para fins de substituição parcial da documentação de habilitação, nos termos do art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

1.9. Itens são preferencialmente a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.10. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

1.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

1.12. Não poderão disputar esta licitação:

1.13. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

1.14. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

1.15. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento)



do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

1.16. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

1.17. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

1.18. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

1.19. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

1.20. Agente público do órgão ou entidade licitante;

1.21. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

1.22. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

1.23. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1.24. O impedimento de que trata o item 1.16 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

1.25. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 1.14 e 1.15 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

1.26. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1.27. O disposto nos itens 1.14 e 1.15 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

1.28. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.29. A vedação de que trata o item 1.20 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

1.30. Caso qualquer item ou lote desta licitação reste deserto ou fracassado em razão da restrição geográfica local, fica o Pregoeiro tacitamente autorizado a abrir o referido item para a AMPLA CONCORRÊNCIA na própria sessão pública, aproveitando-se os atos praticados, em respeito aos Princípios da Eficiência Administrativa e da Celeridade (Art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

#### DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1.31. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

1.32. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

1.33. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 1.98.1 e 1.108.1 deste Edital.

1.34. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

1.35. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

1.36. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.37. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

1.38. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021;

1.39. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.40. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.41. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

1.42. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

1.43. A falsidade da declaração de que trata os itens 1.34 ou 1.40 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

1.44. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.45. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

1.46. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

1.47. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

1.48. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

1.49. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

1.50. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

- 1.51. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 1.52. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 1.53. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 1.47 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno, conforme previsão constante do art. 21, § 2º da instrução normativa seges/me Nº 73, de 30 de setembro de 2022).
- 1.54. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 1.55. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 1.56. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 1.57. Valor Unitário;
- 1.58. Marca;
- 1.59. Quantidade cotada.
- 1.60. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 1.61. O licitante (NÃO) poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 1.62. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.63. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 1.64. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 1.65. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.66. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

1.67. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

1.68. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

1.69. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

**DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

1.70. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

1.71. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.72. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

1.73. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.74. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

1.75. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.76. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.77. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele estipulado no sistema.

1.78. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

1.79. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

1.80. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

- 1.80.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de (10) dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.80.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.80.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.80.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.80.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.80.6. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 1.80.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 1.80.8. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 1.80.9. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 1.80.10. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 1.80.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.80.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“FECHADO E ABERTO”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 1.80.13. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 1.80.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

- 1.80.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 1.80.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 1.80.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 1.80.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 1.80.18. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 1.80.19. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 1.80.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 1.80.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 1.80.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 1.80.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 1.80.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 1.80.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 1.80.26. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

1.80.27. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

1.80.28. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

1.80.29. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.81. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

1.81.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

1.81.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

1.81.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

1.81.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

1.81.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

1.81.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

1.81.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

1.81.2.2. Empresas brasileiras;

1.81.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

1.81.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

1.82. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

1.82.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

1.82.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

1.82.3. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

1.82.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

1.83. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### DA FASE DE JULGAMENTO

**1.84.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 1.12 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

1.84.1. SICAF;

1.84.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

1.84.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

1.85. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

1.86. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

1.86.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

1.86.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

1.86.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

1.87. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

1.88. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.10 e 1.40 deste edital.

**1.89.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

**1.90.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

1.90.1. Contiver vícios insanáveis;

1.90.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

1.90.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

1.90.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

1.90.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**1.91.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

1.91.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

1.91.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

1.91.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**1.92.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

1.92.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

1.92.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**1.93.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



1.94. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

1.95. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

1.96. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

1.97. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

#### DA FASE DE HABILITAÇÃO

1.98. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.98.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

1.99. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1.100. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.101. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por conferência e ateste por servidor público do Departamento de Licitações e Contratos do Departamento do DAES de Juína ou por qualquer outro meio eletrônico legalmente admitido.

1.102. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

1.103. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

1.104. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme – **art. 63, inciso V)**

IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

1.105. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

1.106. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

1.106.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

1.107. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

1.107.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

1.108. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

1.108.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

1.108.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

1.109. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

1.109.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

1.109.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

1.110. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

1.110.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

1.110.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

1.111. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.112. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 1.108.1.

1.113. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

1.114. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

1.115. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

#### DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.116. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

1.117. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.118. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

1.119. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

1.120. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

1.121. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

1.122. Na hipótese de o convocado não assinar

1.123. A ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

#### DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.124. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

1.124.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

1.124.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

1.125. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

1.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

1.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

1.126. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

1.126.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

1.126.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

1.127. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

1.127.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

1.127.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### DOS RECURSOS

1.128. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.129. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

1.130. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.130.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

1.130.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

1.130.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

1.130.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

1.131. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

1.132. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.133. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

1.134. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

1.135. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.136. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

**DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

1.137. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

1.137.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

1.137.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

1.137.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

1.137.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

1.137.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

1.137.2.4. Deixar de apresentar amostra;

1.137.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

1.137.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

1.137.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

1.137.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

1.137.5. Fraudar a licitação

1.137.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1.137.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

1.137.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

1.137.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

1.137.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

1.137.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

1.138. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

1.138.1. Advertência;

1.138.2. Multa;

1.138.3. Impedimento de licitar e contratar e



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

1.138.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

1.139. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.139.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

1.139.2. As peculiaridades do caso concreto

1.139.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

1.139.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

1.139.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.140. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 **(dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

1.140.1. Para as infrações previstas nos itens 1.137.1, 1.137.2 e 1.137.3, a multa será de 0,5% (zero virgula cinco) a 30% (trinta) do valor do contrato licitado.

Para as infrações previstas nos itens 1.137.4, 1.137.5, 1.137.6, 1.137.7 e 1.137.8, a multa será 0,5% (zero virgula cinco) a 30% (trinta) valor do contrato licitado.

1.141. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

1.142. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.143. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 1.137.1, 1.137.2 e 1.137.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

1.144. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 1.137.4, 1.137.5, 1.137.6, 1.137.7 e 1.137.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 1.137.1, 1.137.2 e 1.137.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

1.145. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 1.137.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

1.146. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

1.147. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

1.148. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

1.149. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.150. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1.151. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

1.152. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**1.153. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente será aceito de forma eletrônica, pelo seguinte meio: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)**

1.154. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

1.154.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

1.155. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.156. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

1.157. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

1.158. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

1.159. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

1.160. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

1.161. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1.162. Os reajustes contratuais poderão ocorrer com previsão e motivos elencados na Lei Federal nº. 14.133/2021, assim como regulamento específico do Município licitante, e poderão ser concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência do contrato, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do índice oficial IPCA/IBGE ou quem vier a substituir, demonstrando a variação do período, e através de processo administrativo devidamente autuado, sendo observado os demais preceitos da Lei 14.133/2021.

1.163. Outros motivos de revisão contratual poderão ser realizados, desde que objetive a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

1.164. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

1.165. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

1.166. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

1.167. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br), [www.daes.juina.mt.gov.br](http://www.daes.juina.mt.gov.br) ou [licitacaodaes@gmail.com](mailto:licitacaodaes@gmail.com).

1.168. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.168.1. ANEXO I – Termo de Referência

1.168.2. APENDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar;



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

- 1.168.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 1.168.4. ANEXO III – Modelo de Procuração;
- 1.168.5. ANEXO IV – Modelo de Declaração de enquadramento ME e EPP;
- 1.168.6. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preço
- 1.168.7. ANEXO VI – Modelo de Declarações Conjuntas;
- 1.168.8. ANEXO VII – Modelo de Declaração de Qualidade Ambiental, Sustentabilidade e Socioambiental.

Juína - MT, \*\* de maio de 2026.

**EDUARDO RODRIGUES DA SILVA**

**Diretor Geral do DAES**

**Portaria nº 8.279/2024**

**RONALDO GALDINO TEZOLLIN**

**Agente de Contratação**

**Portaria nº003/2026**



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO  
MUNICÍPIO DE JUÍNA  
ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA  
Fls. \_\_\_\_\_  
Rub. \_\_\_\_\_

## ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA – TR  
Nº 018/2026

Processo Administrativo nº 050/2026

### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por finalidade **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP E DE AMPLA CONCORRENCIA

Cód	Cód UG	Cód TCE/MT	Descrição	Unid	Qtde	R\$ Unit	R\$ Total
1	5411	184792-9	ARAME RECOZIDO BWG18 1,25mm	KG	20,00	26,25	525,00
2	1095	20228-2	CAL VIRGEM SACO DE 20 KILOS	SC	250,00	31,97	7.992,50
3	6988	389265	CAL PARA PINTURA SACO DE 08KG	SC	250,00	31,50	7.875,00
4	4949	410824-8	CIMENTO CP II Z32, SACO COM 50KG	SC	350,00	55,52	19.432,00
5	4958	342670-0	MALHA TRELICADA - DE FERRO, TIPO REFORÇADO, MEDINDO 3,00 X 2,00M, COM DIAMETRO DE 4,2POL, EM MALHA DE 15,00 X 15,00CM, PONTIADA E SOLDADA	Unid	100,00	101,31	10.131,00
6	4965	0001679	TRELIÇA 6X4X4MM TG08L 12MT	Unid	100,00	89,00	8.900,00
7	4964	0009947	TRELIÇA 6X5X4MM TG12M 12MT	Unid	100,00	97,63	9.763,00
8	4970	00019957	VERGALHÃO CA 50 5/16" - 8MM X 12MT	Unid	100,00	54,75	5.475,00
9	5436	00030675	VERGALHÃO CA 50 1/4" - 6,30MM X 12 MT	Unid	100,00	35,23	3.523,00
10	1302	00019959	VERGALHÃO CA 50 3/8" - 10MM X 12MT	Unid	100,00	79,85	7.985,00
11	4968	440299-5	VERGALHÃO CA 60 4.2MM X 12MT	Unid	100,00	39,00	3.900,00
12	6987	393943	VERGALHÃO CA 60 5/8MM X 12MT	Unid	100,00	137,74	13.774,00
13	5435	00019956	VERGALHÃO CA50 1/2" - 12,5MM X 12 MT	Unid	100,00	128,59	12.859,00
14	3722	285834-7	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 9MMX20MT	Unid	10,00	107,00	1.070,00
15	3824	00010253	AREIA LAVADA MÉDIA	M³	100,00	274,00	27.400,00
16	3961	25652-8	CASCALHO MÉDIO	M³	80,00	170,00	13.600,00
17	4973	370366-5	PEDRA BRITA Nº 02	M³	100,00	240,00	24.000,00



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

18	5400	56340-4	PEDRA BRITA Nº 00-PEDRISCO	M³	100,00	240,00	24.000,00
19	5401	82192-6	PEDRA BRITA Nº 01	M³	100,00	255,00	25.500,00
20	6989	00027035	PEDRA SEIXO 03	M³	50,00	249,95	12.497,50
21	3315	285834-7	TIJOLO DE BARRO 08 FUROS	Unid	10.000,00	1,42	14.200,00
22	3316	26262-5	TIJOLO DE BARRO MACIÇO	Unid	5.000,00	1,65	8.250,00
23	6724	342827-3	BOIA DE NÍVEL DE ÁGUA ELÉTRICA, COM FUNÇÃO DE CONTROLAR O NÍVEL DE ÁGUA DO RESERVATÓRIO, SENSOR DE LIGAR COM RESERVATÓRIO VAZIO, E DESLIGAR COM RESERVATÓRIO CHEIO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 12 POLEGADAS, TENSÃO 100-254V, CORRENTE 15A, POTENCIA DO MOTOR 560W 3/4HP(125V) 1120W - 1,5 HP (220V), CIRCUITO ELÉTRICO MONOFÁSICO, MATERIAL DA BOIA DE POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES DE COMPRIMENTO MÍNIMA DE 154mm, LARGURA MÍNIMA DE 89mm, ALTURA MÍNIMA DE 40mm. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	Unid	20,00	65,82	1.316,40
24	6723	25003-1	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO PARA USO NA PREPARAÇÃO DO CONCRETO E ARGAMASSA, PARA O ASSENTAMENTO DA ALVENARIA E REBOCOS EXTERNOS E INTERNOS, CONTENDO NO FRASCO MÍNIMO DE 3,6 L, COR PRETO	Unid	10,00	89,74	897,40
25	6721	00010395	CAIXA TÉRMICA DE 34 LT, COM ALTURA DE 40CM, LARGURA DE 45 CM, PROFUNDIDADE DE 33 CM, COR AZUL OU PRETA, COM ALÇAS NAS LATERAIS.	Unid	15,00	230,25	3.453,75
26	6859	00070501	CONCRETO USINADO FCK 20 MPA (PARA CALÇADA), DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT ( <b>ITEM COM AMPLA CONCORRÊNCIA</b> )	MT³	100,00	830,00	83.000,00
27	6990	282840-5	KIT CHAVE DE FENDA E PHILIPS IMANTADO 12 PEÇAS, CONTENDO (1 FENDA 3/16X1 1/2 - 1 FENDA 1/8X3 - 1 FENDA 3/16X6 - 1 FENDA 1/4X5 - 1 FENDA 3/16X4 - 1 FENDA 1/4X8 - 1 PHILIPS 3/16X1 1/2 - 1 PHILIPS 1/8X3 - 1 PHILIPS 3/16X6 - 1 PHILIPS 1/4X5 - 1 PHILIPS 3/16X4 - 1 PHILIPS 1/4X8)	Unid	10,00	314,71	3.147,10
28	6994	28445-9	Mourão de concreto vibrado e armado, tipo curvado, com formato quadrado de 19x19 cm e 3,20 m de altura total. Armadura interna composta por 4 barras de aço CA-50 de 10 mm (3/8") e estribos de 5.0 mm ou 6.3 mm a cada 15 ou 20 cm. Concreto com traço 1:2:3 e resistência mínima (Fck) de 20 a 25 MPa. Peso aproximado de 275 kg. Furação: 10 furos na parte reta e 3 furos na parte curvada para passagem de fios de sustentação e segurança.	unid	30,00	346,00	10.380,00

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO****MUNICÍPIO DE JUÍNA****ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

29	6995	71887-4	Mourão de concreto vibrado e armado, tipo curvado, com seção quadrada de 10x10 cm e 3,00 m de altura total. Armadura interna composta por 4 barras de aço CA-50 de 8 mm (5/16") e estribos de 4.2 mm ou 5.0 mm a cada 20 cm. Concreto produzido com traço 1:2:3, resistência mínima (Fck) de 20 a 25 MPa. Peso aproximado de 65 kg. Possui 8 furos na parte reta e 3 furos na parte curvada para passagem de arames.	unid	100,00	151,47	15.147,00
30	6996	134064-6	Bola ovalado de Arame liso galvanizado com 1000 (mil) metros, espessura de 3mm, cor prata, material em aço.	unid	5,00	780,00	3.900,00
31	6997	28306	Arame Farpado galvanizado, 500 metros, diametro de 1.6mm	Metros	1.000,00	1,20	1.200,00
32	6998	103587-8	Tela de Alambrado em Malha LosangularDescrição: Fornecimento de tela de alambrado tipo simples torção (losangular), fabricada em arame de aço galvanizado, Fio 10 BWG (diâmetro de 3,40 mm). Malha de 50mm. Altura da tela: 1,70 metros. O material deve apresentar resistência à tração e uniformidade na galvanização, atendendo às normas da ABNT (NBR 10118 ou equivalente). Fornecimento em rolos de 20 ou 25 metros lineares	Metros	800,00	79,00	63.200,00
33	6999	14796-6	Arame de aço Fio 14 BWG (diâmetro nominal de 2,11 mm). O material deve ser do tipo macio/recozido, apresentando flexibilidade adequada para execução de amarrações manuais e com ferramentas (alicates) sem rompimento ou craqueamento da camada de galvanização. Destinado à fixação de telas de alambrado em mourões de concreto ou metálicos e travamento em fios tensores	KG	20,00	39,95	799,00

**VALOR TOTAL: R\$ 449.092,65 (quatrocentos e quarenta e nove mil noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos).**

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. O objeto desta licitação é de **NATUREZA COMUM**, conforme art. 6º inciso XLI da Lei Federal 14.133/2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. A presente contratação adota tratamento regionalizado às empresas sediadas no Município de Juína/MT, conforme justificativa técnica constante no Estudo Técnico Preliminar, fundamentada na necessidade de atendimento célere das demandas operacionais do DAES, economicidade logística e promoção do desenvolvimento local sustentável, nos termos da Lei Municipal nº 2.053/2022, Lei Municipal nº 1.110/2009 e arts. 47 e 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade inadiável do Departamento de Água e Esgoto Sanitário de Juína em manter a continuidade e a excelência dos serviços públicos de saneamento básico. Como autarquia responsável por esse setor vital, o órgão enfrenta demandas diárias e imprevisíveis de manutenção corretiva e preventiva em redes de distribuição de água e coleta de esgoto. A ausência de materiais de construção de pronto emprego inviabilizaria a recomposição imediata de calçadas violadas para conserto de ramais, a manutenção em cavaletes, redes de distribuição, calçadas e estruturas operacionais do sistema de saneamento. Portanto, o processo cumpre a exigência de zelar pela integridade das vias e pela segurança dos munícipes, alinhando-se rigorosamente às diretrizes de planejamento estipuladas pelo Artigo 18 da Lei Federal número 14.133 de 2021.
- 2.2. A exigência de capacidade logística compatível com atendimento imediato desde que observados os princípios da ampla competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa das demandas da autarquia constitui condição operacional necessária para assegurar continuidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços públicos de saneamento.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência, bem como encontra respaldo nos Estudos Técnicos Preliminares elaborados pela autarquia, os quais demonstraram a necessidade de fornecimento parcelado com entrega imediata em razão das limitações estruturais de armazenamento do DAES.

### 2.4 DA LOGÍSTICA E PREVALÊNCIA DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA

O modelo logístico adotado para a presente contratação fundamenta-se na necessidade de fornecimento parcelado, contínuo e imediato dos materiais licitados, em razão da natureza operacional dos serviços executados pelo Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES.

A autarquia realiza diariamente serviços de manutenção corretiva e preventiva em redes de abastecimento de água, coleta de esgoto, recomposição de calçadas, reparos estruturais e intervenções emergenciais em vias públicas, situações estas que demandam resposta rápida e disponibilidade imediata de materiais de construção e insumos operacionais.

Ressalta-se que o DAES não dispõe atualmente de estrutura física de almoxarifado adequada para armazenamento em larga escala da maior parte dos materiais objeto da contratação, especialmente itens volumosos como areia, pedra, cimento, ferragens, mourões, telas e demais insumos utilizados nas atividades operacionais da autarquia.

A limitação de espaço físico, associada à inexistência de galpões apropriados para acondicionamento seguro e organizado dos materiais, inviabiliza a formação de estoque elevado sem risco de perdas, deterioração dos insumos,



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

comprometimento do controle patrimonial e prejuízo à logística interna do departamento.

Dessa forma, a solução mais eficiente e economicamente viável para a Administração consiste na contratação por Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado e entregas imediatas conforme a demanda operacional do DAES, evitando paralisações dos serviços públicos essenciais de saneamento básico.

As entregas deverão ocorrer diretamente nos locais das intervenções operacionais ou na sede administrativa da autarquia, conforme indicação constante nas ordens de fornecimento, garantindo maior eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos. Verificou-se ainda, mediante levantamento mercadológico realizado durante a fase preparatória da contratação, a existência de empresas atuantes no município e na região com plena capacidade técnica, operacional e logística para atendimento das demandas da autarquia, inclusive quanto ao fornecimento imediato dos materiais licitados.

A exigência de capacidade logística compatível com a realidade operacional do DAES não possui caráter restritivo, constituindo medida necessária e proporcional para assegurar eficiência administrativa, continuidade do serviço público, redução de custos indiretos com transporte e atendimento tempestivo às ocorrências emergenciais relacionadas ao saneamento básico municipal.

A modelagem adotada encontra respaldo nos princípios previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, planejamento, economicidade, interesse público e continuidade do serviço público.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E OBRIGAÇÕES:**

4.1. É obrigação da Contratada enviar via e-mail a nota fiscal, assim que emitida, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de solicitação de cancelamento e não efetivação do empenho.

4.2. Produtos entregues em desacordo com a proposta, poderão ser recusados, visto que não foram objeto de análise e aceitação por parte da Comissão de licitação.

4.3. O DAES poderá, a seu exclusivo critério, solicitar o envio prévio de amostra de determinado item, para análise e possível aprovação antes de fazer a compra.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

- 4.4. CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 4.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 4.6. Entregar os produtos conforme as suas especificações, no prazo e local informados, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura, na qual constarão as indicações referentes, procedência e prazo de garantia ou validade.
- 4.7. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e conformidade dos materiais fornecidos, observando integralmente as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 4.9. A verificação da regularidade fiscal, trabalhista e das condições de habilitação do contratado será realizada preferencialmente por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF. Na impossibilidade de acesso ao sistema ou na ausência de informações atualizadas, a comprovação ocorrerá mediante apresentação dos documentos pertinentes previstos no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 4.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a sua qualificação.
- 4.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 4.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

preencheram as referidas vagas (art.116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

- 4.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 4.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.
- 4.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.
- 4.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.
- 4.21. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.23. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 4.24. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades.

#### **DA GARANTIA DOS ITENS**

- 4.25. A garantia dos materiais fornecidos observará o prazo mínimo estipulado pelos fabricantes ou, na ausência deste, o prazo legal estabelecido pela legislação vigente para produtos duráveis e não duráveis. Os licitantes vencedores comprometem-se a entregar produtos rigorosamente novos, de primeira linha e com prazo de validade que atenda ao pleno aproveitamento pelo órgão, especialmente para itens de menor vida útil como cimento.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

- 4.26. Qualquer vício, defeito de fabricação ou avaria constatada no momento da entrega ou durante a aplicação autorizará o Departamento de Água e Esgoto Sanitário a exigir a imediata substituição do material.
- 4.27. Essa troca deverá ocorrer sem qualquer custo adicional para a autarquia, correndo por conta do fornecedor todas as despesas de transporte e descarga. A empresa contratada responderá integralmente por quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros decorrentes da má qualidade ou inadequação dos insumos fornecidos ao longo da execução da ata.

**5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- 5.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- 5.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 5.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.4. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;
- 5.5. Comunicar, por escrito, à Contratada, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento do(s) material(is), solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 5.6. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, resguardada a defesa prévia
- 5.7. Cientificar o órgão de representação judicial do Departamento de Água e esgoto Sanitário de Juína -MT para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 5.8. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**6. SUBCONTRATAÇÃO:**

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 7.1. **O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma parcelada, mediante entregas imediatas conforme a necessidade da Administração, diretamente nos locais indicados pelo DAES no âmbito do Município de Juína/MT, inclusive na sede administrativa da autarquia, podendo os itens ser solicitados em quantidades fracionadas, sem custos adicionais de entrega.**



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

7.2. Em caso de recusa do objeto pelo DAES, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão pelas desconformidades, devendo o serviço/produto ser substituídos pela contratada, imediatamente, quando serão realizadas novamente pelas verificações antes referidas;

7.3. O aceite dos produtos pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7.4. Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas, normas de qualidade e padrões exigidos neste Termo de Referência.

7.5. **As entregas deverão ser efetuadas no local indicado pelo DAES, conforme especificações e quantidades solicitadas após o recebimento da ordem de fornecimento.**

7.6. A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



## FISCALIZAÇÃO:

- 8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

- 8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).
- 8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 8.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### Gestor do Contrato

- 8.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 8.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 8.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 8.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 8.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 8.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 9.1. Os itens, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

- 9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade dos materiais/serviços.
- 9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

- 9.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 9.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 9.10.1. o prazo de validade;
  - 9.10.2. a data da emissão;
  - 9.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 9.10.4. o período respectivo de execução do contrato;



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

- 9.10.5. o valor a pagar; e
- 9.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 9.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 9.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, verificada preferencialmente mediante consulta on-line ao SICAF ou, subsidiariamente, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou apresentação da documentação prevista no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.13. A Administração realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como eventual existência de impedimentos para contratar com a Administração Pública.
- 9.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 9.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 9.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 9.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

- 9.18. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 9.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, tendo como base a *Taxa Referencial – TR*, pro rata tempore, mediante a aplicação da seguinte fórmula.

$$EM = [(1 + TR/100) N30 - 1] \times VP$$



Onde:

TR = percentual atribuído à Taxa Referencial - TR

EM = Encargos moratórios

VP = Valor da parcela a ser paga

N = Número de dias entre a data do vencimento e a data do efetivo pagamento

### Forma de pagamento

- 9.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 9.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 9.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 10.2. Forma de fornecimento
- 10.3. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

### EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 10.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



- 10.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 10.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 10.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 10.13. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).
- 10.14. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 10.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 10.16. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ)** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



- 10.17. **Prova de Regularidade perante a Fazenda Federal**, (Certidão conjunta-dívida ativa da União e Contribuições Federais), expedidas pela Secretaria da Receita Federal; (Podendo ser a certidão unificada, de acordo com a Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014);
- 10.18. **Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS** – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 10.19. **Prova de Regularidade Trabalhista - CNDT**, com apresentação de Certidão negativa de débito ou positiva com efeito de negativa, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho ([www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br));
- 10.20. **Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal**, por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 10.21. **Prova de Regularidade perante a Fazenda Estadual**, referente ICMS/IPVA ou para fins Gerais e/ou Licitações, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio tributário da licitante;
- 10.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 10.24. **Certidão Negativa de Falência como (AUTOR E REU) e como (NADA CONSTA)** expedida no CNPJ da empresa pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, com validade de até 90 (noventa) dias após a expedição, [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

#### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.25. **Atestado de Capacidade Técnica**, com a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 10.26. **Alvará de Funcionamento** e Localização emitido pelo Município de Juína/MT, demonstrando o estabelecimento físico ativo na data de abertura do certame, sob pena de desclassificação.

#### 11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 449.092,65 (quatrocentos e quarenta e nove mil noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na TABELA DO TERMO DE REFERENCIA.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 11.001 – Departamento de Água e Esgoto Sanitário;
- 17 – Saneamento;
- 512 – Saneamento Básico Urbano;
- 0022 2981 – Manutenção do Departamento de Água e Esgoto Sanitário;
- 339030000000 – Material de Consumo;

## 13. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº13.709, de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a quem tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



# APÊNDICE DO ANEXO I

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 050/2026.

### 1. INFORMAÇÕES DO OBJETO:

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.**

### 2. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

No presente documento será avaliada a viabilidade da contratação pretendida, bem como apresentará os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de modo a melhor atender às necessidades do Departamento de Água e Esgoto Sanitário Municipal de Juína-MT, em conformidade com o § 1º, Art. 18 da Lei nº 14.133/21 e demais legislações vigentes.

### 3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, PARA ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.

A necessidade da contratação decorre da demanda contínua e imprevisível por intervenções na infraestrutura de saneamento básico e nas instalações físicas do DAES. O departamento precisa realizar rotineiramente reparos em calçadas violadas para conserto de ramais, manutenção em cavaletes e recomposição de poços de visita e caixas de inspeção de esgoto. Como a autarquia não possui espaço físico adequado para estocagem volumosa de cimento, areia e ferragens, faz-se



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

necessária a ata de registro de preços para entregas imediatas e fracionadas, garantindo que os serviços essenciais à população de Juína/MT não sofram paralisações.

A imprevisibilidade das demandas operacionais impede o armazenamento prévio de grandes quantidades de materiais, sobretudo diante da limitação física do almoxarifado do DAES, tornando indispensável o fornecimento parcelado e imediato por empresas com capacidade logística local.

**4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

A contratação pretendida está alinhada ao Plano Anual de Contratação para o exercício de 2026, do Departamento de Água e Esgoto Sanitário Municipal de Juína-MT, onde estão definidas as ações estratégicas ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos e processos.

**5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos da Contratação serão descritos no Termo de Referência, atendo se aos seguintes tópicos: Habilitação jurídica, Qualificação Econômico-Financeira.

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DA QUANTIDADE A SEREM CONTRATADAS**

Em consulta realizada por meio de pesquisas de compras públicas (pesquisa com fornecedores), foram identificados os valores conforme apresentado no quadro abaixo:

O método utilizado pelo DAES solicitante par a estimativa das quantidades a serem contratadas, foram através do histórico utilizados em anos anteriores. Entende-se necessária a contratação do seguinte item e quantitativos

**MARA COMPARATIVO E QUANTITATIVOS:**

Cód		Cód TCE /MT		Descrição	Unid	Qtd e	MAPA COMPARATIVO - PESQUISA DE PREÇOS													
UG							PRE FEITURA DE NOVEMBROS	PRE FEITURA MUNICIPAL DE SAPÉZAL	PRE FEITURA MUNICIPAL DE CAMPONÓVOPARCEIS	PRE FEITURA MUNICIPAL DE COLÍZIA	PM DE PLANO ALTO DA SERRA	PRE FEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO	PRE FEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE	GRUPO ANDRAZILTO	RA DAR	Mediana	Média			
							R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Unit	R\$ Total	R\$ Unit	R\$ Total
1	5411	184792-		ARAME RECOZIDO	KG	20,0	13,5					25,	37,3		27,0		26	52	25	51



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

		9	BWG18 1,25mm		0	7					50	6		0		,2 5	5,0 0	,8 6	7,1 5
2	109 5	202 28-2	CAL VIRGEM SACO DE 20 KILOS	S C	250, 00		31,98			24,0 0				49,5 5	31 9 5	31 9 7	7.9 91, 25	34 3 7	8.5 92, 50
3	698 8	389 265	CAL PARA PINTURA SACO DE 08KG	S C	250, 00			20,4 0						45,3 0	31 5 0	31 5 0	7.8 75, 00	32 4 0	8.1 00, 00
4	494 9	410 824- 8	CIMENTO CP II Z32, SACO COM 50KG	S C	350, 00			62,0 8		52,9 9	55, 52			59,8 0	49 2 5	55 5 2	19. 43 2,0 0	55 9 3	19. 57 4,8 0
5	495 8	342 670- 0	MALHA TRELICADA - DE FERRO, TIPO REFORCADO, MEDINDO 3,00 X 2,00M, COM DIAMETRO DE 4,2POL, EM MALHA DE 15,00 X 15,00CM, PON TIADA E SOLDADA	U ni d	100, 00	95,9 7								235, 00	10 1, 31	10 1, 31	10. 13 1,0 0	14 4, 09	14. 40 9,3 3
6	496 5	000 167 9	TRELIÇA 6X4X4MM TG08L 12MT	U ni d	100, 00	68,9 0	79,99		159, 38	60,8 0				98,0 0	10 4, 67	89 0 0	8.8 99, 50	95 2 9	9.5 29, 00
7	496 4	000 994 7	TRELIÇA 6X5X4MM TG12M 12MT	U ni d	100, 00				93,3 6	101, 90				179, 00	74 2 5	97 6 3	9.7 63, 00	11 2, 13	11. 21 2,7 5
8	497 0	000 199 57	VERGALHÃO CA 50 5/16" - 8MM X 12MT	U ni d	100, 00		39,90			49,0 0		60,5 0		67,3 3		54 7 5	5.4 75, 00	54 1 8	5.4 18, 25
9	543 6	000 306 75	VERGALHÃO CA 50 1/4" - 6,30MM X 12 MT	U ni d	100, 00		26,98					37,0 0		39,9 9	33 4 5	35 2 3	3.5 22, 50	34 3 6	3.4 35, 50
10	130 2	000 199 59	VERGALHÃO CA 50 3/8" - 10MM X 12MT	U ni d	100, 00				57,9 9	81,5 0	69, 72	101, 90		79,8 5		79 8 5	7.9 85, 00	78 1 9	7.8 19, 20
11	496 8	440 299- 5	VERGALHÃO CA 60 4.2MM X 12MT	U ni d	100, 00				53,8 0			30,9 9		26,0 0	47 0 0	39 0 0	3.8 99, 50	39 4 5	3.9 44, 75
12	698 7	393 943	VERGALHÃO CA 60 5/8MM X 12MT	U ni d	100, 00	115, 93			159, 55	307, 00				29,9 0		13 7, 74	13. 77 4,0 0	15 3, 10	15. 30 9,5 0
13	543 5	000 199 56	VERGALHÃO CA50 1/2" - 12,5MM X 12 MT	U ni d	100, 00				109, 94		147 24	83,1 0		166, 00		12 8, 59	12. 85 9,0 0	12 6, 57	12. 65 7,0 0



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

14	3722	285834-7	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 9MMX20MT	Unid	10,00								78,00	136,00	107,00	1.070,00	107,00	1.070,00	
15	3824	00010253	AREIA LAVADA MÉDIA	M <sup>3</sup>	100,00	67,00			308,00				240,00		274,00	27.400,00	230,83	23.082,50	
16	3961	25652-8	CASCALHO MÉDIO	M <sup>3</sup>	80,00	160,00					219,85		170,00		170,00	13.600,00	183,28	14.662,67	
17	4973	370366-5	PEDRA BRITA Nº 02	M <sup>3</sup>	100,00	159,88					397,00		240,00		240,00	24.000,00	265,63	26.562,67	
18	5400	56340-4	PEDRA BRITA Nº 00- PEDRISCO	M <sup>3</sup>	100,00	160,00					425,00	289,00	135,00	240,00	240,00	24.000,00	249,80	24.980,00	
19	5401	82192-6	PEDRA BRITA Nº 01	M <sup>3</sup>	100,00	165,00	154,00				431,50	274,00		255,00		255,00	25,90	25.590,00	
20	6989	00027035	PEDRA SEIXO 03	M <sup>3</sup>	50,00								260,00	239,90	249,95	12.497,50	249,95	12.497,50	
21	3315	285834-7	TIJOLO DE BARRO 08 FUROS	Unid	10,00						1,31		1,65	1,33	1,42	14,150,00	1,45	14.475,00	
22	3316	26262-5	TIJOLO DE BARRO MACIÇO	Unid	5,00	0,96							1,65		1,65	8,250,00	2,27	11.333,33	
23	6724	342827-3	BOIA DE NÍVEL DE ÁGUA ELÉTRICA, COM FUNÇÃO DE CONTROLAR O NÍVEL DE ÁGUA DO RESERVATÓRIO, SENSOR DE LIGAR COM RESERVATÓRIO VAZIO, E DESLIGAR COM RESERVATÓRIO CHEIO, COM DIAMETRO	Unid	20,00								65,82	169,00	50,89	65,82	1,316,40	95,24	1.904,73



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA  
 Fls. \_\_\_\_\_  
 Rub. \_\_\_\_\_

			MINIMO DE 12 POLEGADAS, TENSÃO 100-254V, CORRENTE 15A, POTENCIA DO MOTOR 560W 3/4HP(125V) 1120W - 1,5 HP (220V), CIRCUITO ELÉTRICO MONOFASICO, MATERIAL DA BOIA DE POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES DE COMPRIMENTO MNIMA DE 154mm, LARGURA MINIMA DE 89mm, ALTURA MINIMA DE 40mm. GARANTIA MINIMA DE 12 MESES																		
24	6723	25003-1	IMPERMEABILIZANTE LIQUIDO PARA USO NA PREPARAÇÃO DO CONCRETO E ARGAMASSA, PARA O ASSENTAMENTO DA ALVENARIA E REBOCOS EXTERNOS E INTERNOS, CONTENDO NO FRASCO MINIMO DE 3,6 L, COR PRETO	Unid	10,00									85,00		211,00	89,74	89,74	89,74	128,58	1.285,80
25	6721	00010395	CAIXA TERMICA DE 34 LT, COM ALTURA DE 40CM, LARGURA DE 45 CM, PROFUNDIDA DE 33 CM, COR AZUL OU PRETA, COM ALÇAS NAS LATERAIS.	Unid	15,00											254,00	206,50	230,25	340,5375	230,25	340,5375



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO

MUNICÍPIO DE JUÍNA

ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

26	6859	00070501	CONCRETO USINADO FCK 20 MPA (PARA CALÇADA), DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT ( <b>ITEM COM AMPLA CONCORRÊNCIA</b> )	M T³	100,00														730,00	930,00			830,00	830,00	830,00	830,00														
27	6990	282840-5	KIT CHAVE DE FENDA E PHILIPSIMANTADO 12 PEÇAS, CONTENDO (1 FENDA 3/16X1 1/2 - 1 FENDA 1/8X3 - 1 FENDA 3/16X6 - 1 FENDA 1/4X5 - 1 FENDA 3/16X4 - 1 FENDA 1/4X8 - 1 PHILIPS 3/16X1 1/2 - 1 PHILIPS 1/8X3 - 1 PHILIPS 3/16X6 - 1 PHILIPS 1/4X5 - 1 PHILIPS 3/16X4 - 1 PHILIPS 1/4X8)	U ni d	10,00																						89,50	320,00	314,71	314,71	3147,10	241,40	2414,03							
28	6994	28445-9	Mourão de concreto vibrado e armado, tipo curvado, com formato quadrado de 19x19 cm e 3,20 m de altura total. Armadura interna composta por 4 barras de aço CA-50 de 10 mm (3/8") e estribos de 5.0 mm ou 6.3 mm a cada 15 ou 20 cm. Concreto com traço 1:2:3 e	u ni d	30,00																															346,00	346,00	10380,00	346,00	10380,00



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA  
 Fls. \_\_\_\_\_  
 Rub. \_\_\_\_\_

			resistência mínima (Fck) de 20 a 25 MPa. Peso aproximado de 275 kg. Furação: 10 furos na parte reta e 3 furos na parte curvada para passagem de fios de sustentação e segurança.																	
29	6995	71887-4	Mourão de concreto vibrado e armado, tipo curvado, com seção quadrada de 10x10 cm e 3,00 m de altura total. Armadura interna composta por 4 barras de aço CA-50 de 8 mm (5/16") e estribos de 4.2 mm ou 5.0 mm a cada 20 cm. Concreto produzido com traço 1:2:3, resistência mínima (Fck) de 20 a 25 MPa. Peso aproximado de 65 kg. Possui 8 furos na parte reta e 3 furos na parte curvada para passagem de arames.	unidade	100,00									169,00	133,94	151,47	15147,00	151,47	15147,00	
30	6996	134064-6	Bola ovalado de Arame liso galvanizado com 1000 (mil) metros, espessura de	unidade	5,00									780,00		780,00	3900,00	780,00	3900,00	



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA  
 Fls. \_\_\_\_\_  
 Rub. \_\_\_\_\_

			3mm, cor prata, material em aço.																
31	6997	28306	Arame Farpado galvanizado, 500 metros, diâmetro de 1.6mm	Rolode 1000 mt	1.000,00								1,20		1,20	1.200,00	1,20	1.200,00	
32	6998	103587-8	Tela de Alambrado em Malha Losangular Descrição: Fornecimento de tela de alambrado tipo simples torção (losangular), fabricada em arame de aço galvanizado, Fio 10 BWG (diâmetro de 3,40 mm). Malha de 50mm. Altura da tela: 1,70 metros. O material deve apresentar resistência à tração e uniformidade na galvanização, atendendo às normas da ABNT (NBR 10118 ou equivalente). Fornecimento em rolos de 20 ou 25 metros lineares	Metros	800,00								79,00		79,00	63.200,00	79,00	63.200,00	





**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO ARP 189.2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO ARP 190.2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO ARP 192.2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO ARP 193.2025
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE
GABRIEL ANDREAZZI CNPJ: 58.527.283/0001-04

Em estrito cumprimento ao Art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, esta Administração realizou pesquisa de mercado prévia e identificou a existência de, no mínimo, 8 (oito) operadores econômicos distintos, sediados e ativos no Município de Juína/MT, com capacidade técnica e ramos de atividade compatíveis com o objeto deste certame conforme CNPJ válidos listados em anexo a justificativa. Resta, portanto, formal e numericamente comprovada a existência de ampla competitividade a nível local, apta a garantir a obtenção da proposta mais vantajosa para o erário, preenchendo os requisitos para a adoção do tratamento regionalizado sem prejuízo à concorrência.

**7. POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:**

No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei n. 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, devendo o tema ser tratado na fase de planejamento da contratação e previsto no ato convocatório.

*Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.*

Neste sentido, já que a ata de registro de preços pode ter vigência de até 02 (dois) anos, para ser utilizada pela Administração diante de suas necessidades de abastecimento.

Fica previsto a possibilidade de PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, mediante concordância por parte da empresa vencedora.

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

A solução idealizada consiste na implantação do Sistema de Registro de Preços para a aquisição futura, parcelada e sob demanda de materiais de construção e pequenos reparos. Este modelo de contratação foi estrategicamente selecionado para suprir a ausência de espaço físico para armazenamento no órgão, condicionando o fornecimento à entrega ponto a ponto conforme a demanda gerada. Dessa forma, a autarquia elimina a necessidade de dispor de grandes áreas físicas cobertas em seu almoxarifado central, mitigando riscos de desperdícios por perecimento de materiais e otimizando o uso do espaço físico operacional existente para as atividades finalísticas de saneamento.

O fluxo operacional da solução dar-se-á mediante a emissão de ordens de fornecimento fracionadas, exigindo das empresas contratadas a entrega imediata dos materiais diretamente nos locais das intervenções e obras apontados pelo



departamento. Essa dinâmica logística assegura a máxima agilidade na recomposição de pavimentos, consertos de ramais e manutenções em cavaletes na cidade de Juína/MT

## 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base nas pesquisas de preços encontradas, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, considerando a necessidade em definir um valor justo e econômico para a administração pública utilizou-se REALIDADE MERCADOLÓGICA E MEDIANA para o balizamento do processo, estimando-se que a contratação terá um valor de **R\$ 449.092,65 (quatrocentos e quarenta e nove mil noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos)**.

## 10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Nos termos do art. 47, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, a presente contratação adotará o parcelamento por itens, visto ser técnica e economicamente vantajoso para a Administração. Esta estratégia visa ampliar a competitividade, permitindo que empresas especializadas no fornecimentos desses produtos participem do certame, evitando a concentração de mercado e obtendo preços mais justos por categoria de produto.

Contudo, para assegurar a eficiência operacional do DAES, o parcelamento observará o critério de viabilidade logística. A adjudicação por itens não desobriga os fornecedores do cumprimento rigoroso de entrega, que devem chegar simultaneamente às frentes de trabalho ou à sede administrativa conforme a requisição. A divisão do objeto em itens permite que o Departamento gerencie as demandas de forma dinâmica, garantindo que o fornecimento de um item não fique condicionado ao desempenho de outro, otimizando assim o emprego dos recursos públicos e o suporte nutricional contínuo às equipes de saneamento

O objeto da presente contratação será fornecido de forma parcelada, mediante entregas imediatas e conforme a necessidade da Administração, de modo a garantir a continuidade dos serviços operacionais do DAES, sem prejuízo à eficiência das atividades desenvolvidas.

Tomaram-se por base os aspectos de contratação de empresa especializada em fornecer os itens solicitados, visando melhor aproveitamento dos recursos, inclusive no tocante à economia do Departamento.

Deste modo, considerou-se viável que mais de uma empresa forneça os produtos licitados, assim, a centralização da responsabilidade do fornecimento não fica somente com uma empresa, pois possibilita a execução das demandas como um todo, de modo a aumentar o controle sobre a aquisição do lote.

## 11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a presente contratação para o Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES estão pautados na busca pela eficiência administrativa e na melhor alocação dos recursos públicos disponíveis, sendo almejados os seguintes benefícios diretos;



- **Economicidade e Gestão de Custos:** Eliminação total de despesas e custos transacionais que a autarquia teria com a manutenção ou locação de pátios e galpões cobertos para grandes estocagens. O modelo afasta o desperdício decorrente do perecimento e degradação de insumos pela ação do tempo.
- **Eficiência e Pronta Resposta Operacional:** Garantia de que as equipes técnicas do DAES disponham de materiais entregues ponto a ponto para realização das intervenções imediatas. Isso reduz o tempo médio em que uma via ou calçada fica obstruída após consertos de ramais de água e esgoto.
- **Aproveitamento de Recursos Humanos:** Otimização do quadro de servidores ao dispensar a mobilização de equipe administrativa exclusiva para controle físico, guarda e movimentação pesada de materiais em almoxarifados volumosos.
- **Preservação e Conservação Patrimonial:** Suporte contínuo para as ações de manutenção que evitam o agravamento de problemas estruturais nas redes e nas próprias instalações do órgão, gerando segurança e acessibilidade aos munícipes de Juína/MT.

Além disso, a licitação busca consolidar a eficiência administrativa através da padronização dos gastos e do controle rigoroso da qualidade dos produtos entregues. O valor agregado desta contratação manifesta-se na redução de compras emergenciais e na garantia de que o Departamento de Água e Esgoto Sanitário possua os meios necessários para o desenvolvimento de todas as suas atividades essenciais. Em suma, os benefícios tangíveis incluem a otimização do tempo de resposta às demandas da população, a valorização do capital humano e a transparência na aplicação dos recursos públicos, fortalecendo a missão institucional da autarquia

## 12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

## 13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pretendida gera impactos ambientais de baixa magnitude, restritos à geração de pequenos volumes de entulhos e resíduos sólidos comuns da construção civil durante as obras de manutenção. Como medidas tratadoras e de mitigação desses impactos, o DAES adotará as seguintes práticas:

- **Descarte adequado:** Todos os resíduos gerados nas quebras de calçadas ou substituição de tubulações serão recolhidos pelas equipes operacionais e destinados aos locais devidamente licenciados pelo município.
- **Combate ao desperdício:** A entrega fracionada e sob demanda (ponto a ponto) evita o acúmulo desnecessário de materiais nos canteiros e no almoxarifado, reduzindo perdas e o descarte de materiais estragados.
- **Exigências ecológicas:** O termo de referência poderá prever, quando couber, a preferência por produtos que utilizem embalagens recicláveis ou



processos de fabricação menos agressivos ao meio ambiente, em respeito ao princípio do desenvolvimento sustentável

#### 14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As informações levantadas durante a fase de planejamento demonstram que a contratação pretendida é plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e mercadológico, apresentando-se como solução indispensável para garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados pelo Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES do Município de Juína/MT.

Assim, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, garantindo o pleno funcionamento dos serviços essenciais de saneamento no município.

A solução adotada por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais eficiente e adequada à realidade operacional da autarquia, especialmente em razão da natureza contínua, imprevisível e emergencial das demandas de manutenção corretiva e preventiva nas redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e estruturas operacionais do departamento.

Ressalta-se que o DAES não dispõe atualmente de estrutura física de almoxarifado adequada para armazenamento em larga escala da maioria dos materiais objeto da contratação, sobretudo itens volumosos como areia, pedra, cimento, ferragens, mourões, telas e demais insumos destinados à construção civil e manutenção operacional. A limitação de espaço físico, aliada à ausência de local apropriado para acondicionamento seguro e organizado desses materiais, inviabiliza a formação de estoque elevado sem prejuízo à logística interna, ao controle patrimonial e à conservação dos produtos.

Dessa forma, a necessidade de fornecimento parcelado, contínuo e com entrega imediata decorre diretamente da realidade operacional da autarquia, sendo indispensável para assegurar a pronta resposta às ocorrências diárias, vazamentos, recomposição de calçadas, reparos emergenciais e demais intervenções executadas pelas equipes técnicas do DAES.

Além disso, verificou-se, através de levantamento mercadológico e análise das empresas atuantes no município de Juína/MT, a existência de fornecedores locais plenamente capacitados para atender às demandas do departamento, possuindo estrutura comercial adequada, disponibilidade de estoque, logística compatível e capacidade de fornecimento imediato dos materiais licitados. Tal circunstância demonstra a viabilidade mercadológica da contratação e evidencia que a exigência de capacidade logística compatível com entrega imediata não compromete a competitividade do certame, mas assegura maior eficiência administrativa e operacional à Administração Pública.

A proximidade geográfica dos fornecedores representa fator essencial para a execução contratual, reduzindo significativamente riscos de atrasos, custos excessivos com transporte, paralisações operacionais e prejuízos à continuidade dos serviços públicos de saneamento básico, considerados essenciais à população.

Ademais, a contratação encontra respaldo nos princípios previstos no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público, continuidade do serviço público e desenvolvimento nacional sustentável.



Diante disso, conclui-se que a contratação pretendida apresenta plena viabilidade técnica e administrativa, sendo o Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços a modalidade mais adequada para assegurar competitividade, economicidade, agilidade logística e atendimento imediato às necessidades operacionais do DAES.

### **JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO TRATAMENTO REGIONALIZADO**

A adoção do tratamento diferenciado regionalizado para empresas sediadas no Município de Juína/MT e região encontra fundamento nas Leis Municipais nº 2.053/2022 e nº 1.110/2009, em consonância com os arts. 47 e 48, §3º, da Lei Complementar nº 123/2006, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional.

A medida mostra-se necessária diante da natureza dos materiais licitados, destinados à manutenção contínua, corretiva e preventiva das atividades operacionais do Departamento de Água e Esgoto Sanitário – DAES, cujas demandas exigem fornecimento ágil, imediato e contínuo, especialmente em situações emergenciais envolvendo redes de abastecimento de água, manutenção predial, reparos estruturais e serviços essenciais de saneamento básico.

A limitação regional justifica-se ainda em razão;

- a) Da necessidade de pronta entrega dos materiais;
- b) Da redução de custos indiretos com transporte e logística;
- c) Da maior eficiência operacional no atendimento das demandas emergenciais;
- d) Da diminuição de riscos de desabastecimento;
- e) Da economicidade decorrente da redução do tempo de deslocamento;
- f) Da promoção do desenvolvimento econômico local sustentável;
- g) Da compatibilidade com o interesse público primário.

A Administração registra que a medida não compromete a competitividade do certame, considerando a existência de número suficiente de fornecedores aptos no âmbito regional, aptos a garantir a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa.



## ANEXO II

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0\*\*/2026**

(Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021)

**Pregão Eletrônico nº. 005/2026**

**Processo nº. 050/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT, E A EMPRESA \*\*\*\*\* PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM.**

Pelo presente instrumento o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO – DAES**, do Município de Juína/MT, doravante denominado DAES, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no **CNPJ sob o n.º 04.709.778/0001-25**, com sede na Av. Gabriel Muller nº 053, Módulo 02, na cidade de Juína/MT, neste ato representado pelo **Sr. Eduardo Rodrigues da Silva**, Diretor Geral do DAES, Portaria nº. 8.279/2024, brasileiro, inscrito no CPF com o nº. 551.219.691-04, Cédula de Identidade nº. 952729 SSP/MT, residente à Chácara Santo Antônio, 111 – Bairro Linha 06 - Verdan, Município de Juína/MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa \*\*\*\*\*, inscrita no CNPJ nº. \*\*\*\*\*, com sede na Av/Rua\*\*\*\*\*, Bairro \*\*\*\*\*, Município de Juína/MT, representada pelo Sr. \*\*\*\*\*, inscrito no CPF nº. \*\*\*\*\*, residente e domiciliado no município de Juína/MT, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 609/2023 e demais legislações aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**, especificado(s) no(s) item 1.1 do Termo de Referência, anexo do Edital de Licitação nº 005/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP E DE AMPLA CONCORRENCIA**

Cód	Cód UG	Cód TCE/MT	Descrição	Unid	Qtde	R\$ Unit	R\$ Total
1	5411	184792-9	ARAME RECOZIDO BWG18 1,25mm	KG	20,00	26,25	525,00
2	1095	20228-2	CAL VIRGEM SACO DE 20 KILOS	SC	250,00	31,97	7.992,50
3	6988	389265	CAL PARA PINTURA SACO DE 08KG	SC	250,00	31,50	7.875,00
4	4949	410824-8	CIMENTO CP II Z32, SACO COM 50KG	SC	350,00	55,52	19.432,00
5	4958	342670-0	MALHA TRELICADA - DE FERRO, TIPO REFORCADO, MEDINDO 3,00 X 2,00M, COM DIAMETRO DE 4,2POL, EM MALHA DE 15,00 X 15,00CM, PONTIADA E SOLDADA	Unid	100,00	101,31	10.131,00
6	4965	0001679	TRELIÇA 6X4X4MM TG08L 12MT	Unid	100,00	89,00	8.900,00
7	4964	0009947	TRELIÇA 6X5X4MM TG12M 12MT	Unid	100,00	97,63	9.763,00
8	4970	00019957	VERGALHÃO CA 50 5/16" - 8MM X 12MT	Unid	100,00	54,75	5.475,00
9	5436	00030675	VERGALHÃO CA 50 1/4" - 6,30MM X 12 MT	Unid	100,00	35,23	3.523,00
10	1302	00019959	VERGALHÃO CA 50 3/8" - 10MM X 12MT	Unid	100,00	79,85	7.985,00
11	4968	440299-5	VERGALHÃO CA 60 4.2MM X 12MT	Unid	100,00	39,00	3.900,00
12	6987	393943	VERGALHÃO CA 60 5/8MM X 12MT	Unid	100,00	137,74	13.774,00
13	5435	00019956	VERGALHÃO CA50 1/2" - 12,5MM X 12 MT	Unid	100,00	128,59	12.859,00
14	3722	285834-7	FITA DUPLA FACE TRANSPARENTE 9MMX20MT	Unid	10,00	107,00	1.070,00
15	3824	00010253	AREIA LAVADA MÉDIA	M³	100,00	274,00	27.400,00
16	3961	25652-8	CASCALHO MÉDIO	M³	80,00	170,00	13.600,00
17	4973	370366-5	PEDRA BRITA Nº 02	M³	100,00	240,00	24.000,00
18	5400	56340-4	PEDRA BRITA Nº 00-PEDRISCO	M³	100,00	240,00	24.000,00
19	5401	82192-6	PEDRA BRITA Nº 01	M³	100,00	255,00	25.500,00
20	6989	00027035	PEDRA SEIXO 03	M³	50,00	249,95	12.497,50
21	3315	285834-7	TIJOLO DE BARRO 08 FUROS	Unid	10.000,00	1,42	14.200,00
22	3316	26262-5	TIJOLO DE BARRO MACIÇO	Unid	5.000,00	1,65	8.250,00

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO****MUNICÍPIO DE JUÍNA****ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

23	6724	342827-3	BOIA DE NÍVEL DE ÁGUA ELÉTRICA, COM FUNÇÃO DE CONTROLAR O NÍVEL DE ÁGUA DO RESERVATÓRIO, SENSOR DE LIGAR COM RESERVATÓRIO VAZIO, E DESLIGAR COM RESERVATÓRIO CHEIO, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 12 POLEGADAS, TENSÃO 100-254V, CORRENTE 15A, POTÊNCIA DO MOTOR 560W 3/4HP(125V) 1120W - 1,5 HP (220V), CIRCUITO ELÉTRICO MONOFÁSICO, MATERIAL DA BOIA DE POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES DE COMPRIMENTO MÍNIMA DE 154mm, LARGURA MÍNIMA DE 89mm, ALTURA MÍNIMA DE 40mm. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	Unid	20,00	65,82	1.316,40
24	6723	25003-1	IMPERMEABILIZANTE LÍQUIDO PARA USO NA PREPARAÇÃO DO CONCRETO E ARGAMASSA, PARA O ASSENTAMENTO DA ALVENARIA E REBOCOS EXTERNOS E INTERNOS, CONTENDO NO FRASCO MÍNIMO DE 3,6 L, COR PRETO	Unid	10,00	89,74	897,40
25	6721	00010395	CAIXA TÉRMICA DE 34 LT, COM ALTURA DE 40CM, LARGURA DE 45 CM, PROFUNDIDADE DE 33 CM, COR AZUL OU PRETA, COM ALÇAS NAS LATERAIS.	Unid	15,00	230,25	3.453,75
26	6859	00070501	CONCRETO USINADO FCK 20 MPa (PARA CALÇADA), DE ACORDO COM AS NORMAS DA ABNT <b>(ITEM COM AMPLA CONCORRÊNCIA)</b>	MT <sup>3</sup>	100,00	830,00	83.000,00
27	6990	282840-5	KIT CHAVE DE FENDA E PHILIPS IMANTADO 12 PEÇAS, CONTENDO (1 FENDA 3/16X1 1/2 - 1 FENDA 1/8X3 - 1 FENDA 3/16X6 - 1 FENDA 1/4X5 - 1 FENDA 3/16X4 - 1 FENDA 1/4X8 - 1 PHILIPS 3/16X1 1/2 - 1 PHILIPS 1/8X3 - 1 PHILIPS 3/16X6 - 1 PHILIPS 1/4X5 - 1 PHILIPS 3/16X4 - 1 PHILIPS 1/4X8)	Unid	10,00	314,71	3.147,10
28	6994	28445-9	Mourão de concreto vibrado e armado, tipo curvado, com formato quadrado de 19x19 cm e 3,20 m de altura total. Armadura interna composta por 4 barras de aço CA-50 de 10 mm (3/8") e estribos de 5.0 mm ou 6.3 mm a cada 15 ou 20 cm. Concreto com traço 1:2:3 e resistência mínima (Fck) de 20 a 25 MPa. Peso aproximado de 275 kg. Furação: 10 furos na parte reta e 3 furos na parte curvada para passagem de fios de sustentação e segurança.	unid	30,00	346,00	10.380,00
29	6995	71887-4	Mourão de concreto vibrado e armado, tipo curvado, com seção quadrada de 10x10 cm e 3,00 m de altura total. Armadura interna composta por 4 barras de aço CA-50 de 8 mm (5/16") e estribos de 4.2 mm ou 5.0 mm a cada 20 cm. Concreto produzido com traço 1:2:3, resistência mínima (Fck) de 20 a 25 MPa. Peso aproximado de 65 kg. Possui 8 furos na parte reta e 3 furos na parte curvada para passagem de arames.	unid	100,00	151,47	15.147,00
30	6996	134064-6	Bola ovalado de Arame liso galvanizado com 1000 (mil) metros, espessura de 3mm, cor prata, material em aço.	unid	5,00	780,00	3.900,00
31	6997	28306	Arame Farpado galvanizado, 500 metros, diâmetro de 1.6mm	Metros	1.000,00	1,20	1.200,00

**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO****MUNICÍPIO DE JUÍNA****ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA

Fls. \_\_\_\_\_

Rub. \_\_\_\_\_

32	6998	103587-8	Tela de Alambrado em Malha LosangularDescrição: Fornecimento de tela de alambrado tipo simples torção (losangular), fabricada em arame de aço galvanizado, Fio 10 BWG (diâmetro de 3,40 mm). Malha de 50mm. Altura da tela: 1,70 metros. O material deve apresentar resistência à tração e uniformidade na galvanização, atendendo às normas da ABNT (NBR 10118 ou equivalente). Fornecimento em rolos de 20 ou 25 metros lineares	Metros	800,00	79,00	63.200,00
33	6999	14796-6	Arame de aço Fio 14 BWG (diâmetro nominal de 2,11 mm). O material deve ser do tipo macio/recozido, apresentando flexibilidade adequada para execução de amarrações manuais e com ferramentas (alicates) sem rompimento ou craqueamento da camada de galvanização. Destinado à fixação de telas de alambrado em mourões de concreto ou metálicos e travamento em fios tensores	KG	20,00	39,95	799,00

**VALOR TOTAL: \$ 449.092,65 (quatrocentos e quarenta e nove mil noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos).**

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3. O objeto desta licitação é de NATUREZA COMUM, conforme art. 6º inciso XLI da Lei Federal 14.133/2021.

2.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Água e Esgoto Sanitário de Juína-MT.

3.2. São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.
- g) Fiscalizar o bom atendimento das entregas e da qualidade dos produtos/serviços, através de Servidor designado para tal.

**4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 4.1. É de inteira responsabilidade da empresa vencedora, garantir que as entregas via transportadora sejam feitas dentro do prazo previsto em edital, o mesmo poderá sofrer sanções previstas.
- 4.2. É obrigação da Contratada enviar via e-mail a nota fiscal, assim que emitida, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de solicitação de cancelamento e não efetivação do empenho.
- 4.3. Produtos entregues em desacordo com a proposta, poderão ser recusados, visto que não foram objeto de análise e aceitação por parte da Comissão de licitação.
- 4.4. A substituição de produto somente será aceita com análise prévia e autorização formal do DAES.
- 4.5. O DAES poderá, a seu exclusivo critério, solicitar o envio prévio de amostra de determinado item, para análise e possível aprovação antes de fazer a compra.
- 4.6. Todos os produtos/marcas indicados pelo licitante no momento da apresentação da proposta serão analisados e aprovados pela Comissão de licitação, devendo serem mantidos por ocasião da entrega.
- 4.7. CONTRATADO deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 4.8. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 4.9. Entregar serviços(is) conforme as suas especificações, no prazo e local informados, acompanhado(s) da respectiva Nota Fiscal/Fatura.
- 4.10. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência do(s) material(is) fornecido(s), que deverá(ão) ser novo(s) e de primeira qualidade.
- 4.11. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.



4.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos.

4.13. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

4.14. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

4.15. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.16. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a sua qualificação.

4.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos revista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art.116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

4.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

4.23. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

4.24. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

4.25. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.26. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.27. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.28. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades.

## **5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

5.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

#### **Dos limites para as adesões**

5.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

5.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

5.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

5.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.



6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

6.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta*; e

6.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

6.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



6.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital **ou física, podendo ser** disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

6.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 6.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

6.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## 7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.



7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se inferior ou superior ao preço praticado no mercado deverá ser aplicado as disposições dos arts. 38 a a 39, do Decreto Municipal nº 309, de 28 de dezembro de 2023.

## **9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

9.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

9.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

<b>DAES JUÍNA</b>
Fls. _____
Rub. _____

10.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

10.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

10.1.4. Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço praticado no mercado e o fornecedor for liberado do compromisso assumido diante da plausibilidade dos motivos apresentados;

10.1.5. Por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e justificado por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor, prejudique o cumprimento da ata;

10.1.6. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.6.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.4.1. Por razão de interesse público;

10.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **11. DAS PENALIDADES**

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.



11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 12. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD.

11.1 As partes deverão cumprir a Lei nº13.709, de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a quem tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## 13. CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

13.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

13.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Juína-MT, \*\*\* de \*\*\*\* de 2026.

**Departamento de Água e Esgoto Sanitário**  
**CONTRATANTE**

**Razão Social**  
**CONTRATADA**

Testemunhas:

Nome:

RG:

Nome:

RG:



## **ANEXO III**

### **MODELO DE PROCURAÇÃO**

Pela presente procuração e na melhor forma de direito o(a)s OUTORGANTE(S), \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_, e inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na (Rua, Avenida, Travessa), n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_-(UF), nomeia(m) e constitui(em) seu(s) bastante(s) procurador(es) o(s) OUTORGADO(S), \_\_\_\_\_, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade n.º \_\_\_\_\_, SSP/\_\_\_\_, e inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na (Rua, Avenida, Travessa), n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_-(UF), a quem confere poderes amplos, gerais ilimitados, irrevogáveis e irretroatáveis, para o fim especial de e único de representar o Outorgante em todas as fases do **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2026**, a ser realizada pelo Departamento de Água e Esgoto Sanitário - DAES, do Município de Juína-MT, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT**, com retiradas de acordo com a demanda, podendo, para tanto prestar esclarecimentos, manifestar-se a respeito do procedimento, formular ofertas, ofertar lances e demais negociações, assinar atas das sessões, atas de registro de preços, propostas readequadas e declarações, vistar documentos, receber notificações, interpor recurso na forma da lei, manifestar-se quanto à desistência deste, bem como atuar e praticar todos os atos necessários em todas as fases do certame licitatório; representar o Outorgante perante repartições públicas em geral, especialmente, podendo requerer, alegar e assinar o que convier, concordar, discordar, prestar declarações e informações, juntar e retirar documentos, fazer acertos e firmar compromissos, ceder e transferir, passar direitos de contratos públicos ou particulares, efetuar pactos e assinar inclusive outros documentos que sejam necessários, em nome do Outorgante, enfim, praticar, todos os demais atos necessários e indispensáveis ao bom e fiel desempenho do presente mandato, inclusive substabelecer, que a Outorgante dará e haverá por bom, firme e valioso. Enfim, podendo, para tanto, exercer todos os atos necessários, judiciais e extrajudiciais, para o fiel cumprimento do presente mandato no que diz respeito aos interesses do OUTORGANTE

Local e data

Assinatura do Representante Legal  
CNPJ e Carimbo da Empresa/Representante

**OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVE SER ESTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.**

**OBS.: ESTE DOCUMENTO REQUER RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CARTÓRIO POR PARTE DO OUTORGANTE OU MEDIANTE ASSINATURA ELETRÔNICA.**



## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME OU EPP

Ào:

Departamento de Água e Esgoto Sanitário;

Juína – Mato Grosso.

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 005/2026**

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. n.º \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, representante da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF n.º \_\_\_\_\_,

solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE, quando da sua participação na licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2026** seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar n.º 123/2006 e artigo 31

Declaramos ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do §4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal n.º 123/2006 que impeçam a participação neste certame.

DECLARA também, sob as penas da lei, e em atendimento ao artigo 13, § 2º, do Decreto Federal 8.538/15, alterado pelo Decreto Federal 10.273/20, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

DECLARA ainda não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4.800.000,00 – quatro milhões e oitocentos mil reais), em sintonia com o Art. 4º da Lei Federal 14.133/21

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Nome e assinatura da Licitante

Representante Legal

**OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVE ESTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.**



DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO  
MUNICÍPIO DE JUÍNA  
ESTADO DE MATO GROSSO

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

## ANEXO V

### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

#### Identificação:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Insc. Estadual: \_\_\_\_\_

Insc. Municipal: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ao **Departamento de Água e Esgoto Sanitário de Juína/MT**,

Referente: **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 005/2026**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E PEQUENAS MANUTENÇÕES E REPAROS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT.**

Item	Cod	Descrição	Unid	Marca	Qtde	R\$ Unit	R\$ Total
		<b>TOTAL</b>					

Declaramos ainda que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma, da Lei n. 14.133/2021 com suas alterações, bem como declaramos que nos preços propostos estão inclusas todas as despesas e custos diretos e indiretos incidentes sobre o objeto desta proposta.

Prazo de Validade da Proposta: \_\_\_\_\_

Prazo de Entrega: \_\_\_\_\_

Prazo de Pagamento: \_\_\_\_\_

Local e Data

Assinatura do Representante Legal  
CNPJ e Carimbo da Empresa/Representante

**OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVE ESTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.**



## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÕES CONJUNTAS (DOCUMENTO OBRIGATÓRIO)

O Departamento de Água e Esgoto Sanitário de Juína, Comissão Especial de Licitação Pregão Eletrônico nº: 005/2026 - Processo nº: 050/2026 - Objeto: , (Nome da Empresa) CNPJ Nº. \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Município/Estado \_\_\_\_\_, representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA:

Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21. 15. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21; (X) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

Para que produza os efeitos legais, firmamos a presente declaração.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Assinatura do representante legal

sob carimbo RG: CPF/MF:

CNPJ/MF da empresa

**OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVE ESTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.**



**DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO**  
**MUNICÍPIO DE JUÍNA**  
**ESTADO DE MATO GROSSO**

DAES JUÍNA
Fls. _____
Rub. _____

## **ANEXO VII**

### **DECLARAÇÃO DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Para fins de participação no Pregão Eletrônico n.º 005/2026, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE) \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, sediado(a) \_\_\_\_\_ (ENDEREÇO COMPLETO), DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente o compromisso e responsabilidade com a Sustentabilidade Ambiental exigido para habilitação no edital do referido certame licitatório conforme previsto no artigo 4º da Instrução Normativa N.º 01, de 19 de Janeiro de 2010, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Local e data.

Assinatura e carimbo (representante legal)

**OBS.: ESTE DOCUMENTO DEVE ESTAR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE.**